

AIDS recepção: a contaminação da AIDS pelos discursos sociais

RESUMO

O texto procura mostrar que a recepção é uma construção e que suas falas sobre a AIDS são decorrências de discursos e dos seus possíveis efeitos, que se contaminam e que se disputam. O trabalho também reflete sobre o funcionamento do “espaço do leitor”, no âmbito do jornal, como dispositivo de produção de sentido. Examina estes mecanismos face às maneiras como diferentes instituições e seus atores semantizam a questão da AIDS. O trabalho de leitura de discursos se estrutura em três espaços específicos da produção jornalística: os *editoriais*, as *cartas dos leitores* e os *artigos assinados*.

ABSTRACT

This text tries to show, as reception theories have pointed out many times, that any interpretation is a textual construction too, and that therefore much what people have to say about AIDS, for instance, is derived from discourses initially elaborated by the media. In the case of newspapers, three spaces in particular are the main sources for those constructions: the *editorial page*, the *readers' letters* section and *signed articles* in general.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

- Mídia (*Media*)
- Imaginário (*Imaginary*)
- Análise de discurso (*Discourse analysis*)

Antonio Fausto Neto

Professor da UNISINOS

I Introdução

AS ESTRATÉGIAS QUE os jornais desenvolvem para cobrir os acontecimentos servem para distintos fins. Para aqueles pelos quais os sistemas midiáticos instituem a realidade. Também, para provocar os analistas de discursos no trabalho de descrever e de interpretar diferentes funcionamentos das operações enunciativas pelas quais os acontecimentos tomam forma no âmbito do regime de discursividades dos processos midiáticos.

É no trabalho de descrição/interpretação das estratégias que os analistas podem compreender o papel estratégico dos *media*, enquanto, dentre outras coisas, matriz de construção de vínculos sociais. Ao mesmo tempo, em que podem teorizar acerca das relações das práticas midiáticas enquanto práticas igualmente, de natureza, simbólica.

Desse modo, partimos de um determinado caso – as mídias impressas ante a AIDS¹ – para entender a complexidade que rege, hoje, cada vez de maneira mais problemática, as inserções e os papéis dos dispositivos simbólicos de comunicação na construção das diferentes esferas da vida, especialmente nas suas relações com “sistemas de recepção”. Nossas preocupações estão voltadas para o papel que o “regime de mediatização” tem no estabelecimento do espaço, mas, igualmente, da qualidade do debate que a sociedade trava sobre temas que tocam sua própria inteligibilidade, através das instituições e dos atores, segundo estratégias e táticas simbólicas que lhe são peculiares.

O tema da AIDS se constitui numa questão de referência, singularmente, importante. De um lado porque ele é semantizado pelas mais diferentes instituições contemporâneas, produtoras de conhecimen-

tos e de comportamentos. Por outro lado, pelo fato da sua compreensão semântica ter se instituído ao mesmo tempo em que as instituições construía estratégias para enunciá-la.

A AIDS não tinha, até pelo menos os anos 80 – data provável do seu surgimento – uma “história discursiva” que a fizesse “repousar” em reservatórios lingüísticos e culturais.

Sua entrada em cena nos corpos dos indivíduos, e também no tecido social, impõe um “pedido” de designação, algo que vai se tecendo, a partir dos regimes de discursividades das diferentes instituições que passam a lidar com este fenômeno corpóreo e, igualmente, simbólico.

Nesta perspectiva, a AIDS é uma “dupla doença da atualidade”:² enquanto fenômeno epidemiológico, mas, igualmente, enquanto um fato discursivo e, de modo mais restrito, da discursividade midiática.

Sem as operações midiáticas certamente, pouco, ou quase nada, poderíamos saber ou, quem sabe, pronunciar a respeito do vírus, seus sintomas, suas manifestações e seus efeitos.

Portanto, nosso interesse é refletir sobre uma “entrada em cena” concomitante: a da AIDS, como ocorrência clínica e social, e a dos media – especialmente jornalísticos – na sua tarefa de produzir possibilidades de significação.

Não falaremos, de um modo abrangente, sobre as características de operações discursivas que caracterizam as estratégias que os media jornalísticos brasileiros levaram avante numa faixa de 15 anos, conforme pesquisamos em material recém-publicado, na forma de livro.³

Vamos destacar, especificamente, uma operação dentro das diferentes estratégias adotadas, ante a sua pertinência para a natureza deste fórum de trabalho. Apresentaremos, de modo pontual, um exemplo de como os jornais instituem, constroem e fazem funcionar o “mundo da recepção” nas próprias fronteiras da estrutura produtiva da oferta de sentidos.

II Recepção como operação simbólica

A recepção não se constitui numa noção longínqua – de receptores a serem capturados em meio à diferença do tecido social. Não se trata deste lugar passível de ser possuído pelas “artimanhas” das estratégias dos discursos jornalísticos. Tampouco, se constitui em uma construção abstrata definida por tipologias. Vamos admitir, como alternativa a tais considerações, que a recepção seja uma construção, algo que já está se institui e se estrutura no interior do próprio campo simbólico da prática midiática. Portanto, a recepção já está ali na própria instância do discurso em oferta, instituída por um sem-número de operações típicas à competência do “modo de dizer” dos discursos jornalísticos.

O modo através do qual a recepção aqui vai ser mostrada e estruturada resulta da modalidade através da qual o campo jornalístico se apresenta, hoje, no espaço público. Vemos que os jornais realizam várias competências discursivas a fim de nos prover de um real por eles engendrados.

Não se trata apenas de realizar operações de “fazer crer” nas coisas por eles ditas. Também não são mais lugares de observação, de onde nos falamos sobre um real... Tampouco nos “fazem saber” sobre tantas outras coisas. Os jornais se convertem em um “ponto de contágio”, onde não só nos fazem falar, mas, igualmente, nos constituem como atores do seu próprio regime de produção simbólica. A exemplo da “TV Representação” que se transforma na “TV Expressão”, os jornais vão operando determinadas modalidades – simulatórias e/ou reais – que apontam, igualmente, para as novas formas com que pensam lidar, de maneira simbolicamente diferenciada, com os seus leitores.

Na longa cobertura dada à questão da AIDS, vimos que os jornais foram “presas” peculiares das grandes fontes especializadas, especialmente àquelas oriundas do campo médico e do mundo da pesquisa e

da indústria farmacêutica. Rigorosamente, ainda que regendo “as falas das fontes” com a dominância de suas regras próprias de enunciação, não conseguiram escapar de ressonâncias e de “vestígios” típicos do “modo de dizer” das instituições que num outro lugar lidavam com a AIDS. Possivelmente, no âmbito da titulação, é onde os jornais conseguiram dispor de uma relativa autonomia, para tentar descrever, à sua maneira, possível veracidade dos fatos.

Porém, é num outro lugar de sua organização hierárquico-editorial que os jornais experimentam uma maneira peculiar de apresentar suas novas características identitárias no espaço público. É no âmbito de suas secções editoriais que os jornais permitem que se fale de “uma outra AIDS”, circunstância que lhes permitem operar novas possibilidades de construção de vínculos com o leitorado.

A chamada estrutura de artigos, carta dos leitores e editoriais é, de fato, transformada num espaço de reflexões e de debates sobre a AIDS. Os jornais, ao lado de suas funções de anunciabilidade dos fatos, instituem modalidades de interação entre leitores, que, neste caso, são convertidos em “receptores especiais”. Trata-se de pessoas de diferentes perfis técnico-político-sociais, representando diferentes instituições, ou a si próprias, que escreveram cartas e artigos relativos ao tema da AIDS em diferentes edições.

Nestas condições, os *media* operam uma espécie de gestor de debate público segundo regras inerentes ao seu funcionamento. Por outras palavras: os *media*, convertidos em espaços públicos, animam segundo operações dos seus próprios saberes, discussões que envolvem atores de diferentes instâncias do mundo público e, sobretudo, privado.

É nestes termos, que os dispositivos jornalísticos não funcionam somente como mediadores de outras representações sociais, nem se limitam à tarefa de promover interações entre os atores sociais. Vão mais além, na medida em que promovem a dis-

puta de sentido entre diferentes instituições e atores, segundo regras, disposições e operações inerentes às fronteiras do habitus e da cultura jornalística. É neste momento que as novas estratégias do discurso jornalístico visualizam as condições pelas quais o campo dos *media* estaria se voltando para a construção de novas possibilidades de intersubjetividades na sociedade. Os *media* se convertem em dispositivos que intervêm na própria estruturação e no funcionamento do espaço público, segundo modalidades de ações, de estratégias e competências que emanam das operações simbólicas do funcionamento das suas enunciações.

Os jornais são transformados em “terreno de luta”, em local de embate e de debates protagonizados por diferentes falas que ali se constituem e comparecem, e que têm na “fala jornalística” sua condição de anfitriã. Trata-se de uma “política e linguagem” que é regulada e que se produz segundo os constrangimentos da própria lógica da oferta do dispositivo de produção de sentidos. Parece oportuno assinalar que o dispositivo jornal é ao mesmo tempo espaço de recepção e de produção de discursos: recepção na medida em que se autoriza a receber falas de outros lugares institucionais. E de produção, quando as submete à competência do seu modelo de produção de sentidos. Isto permite dizer que o jornal é um lugar de “passeios” de sentidos vários, mas também de produção de sentidos que lhes são próprios uma vez que “monitora” ao seu modo o fluxo dos “passeios”. É sob sua “égide” que se torna possível a emergência de falas sobre a AIDS, das diferentes “zonas de recepção”, no “miolo” e nas fronteiras do dispositivo jornalístico. As falas que vão ser indicadas e analisadas são discursos emanados de uma estrutura de recepção que pode ser configurada, nas suas condições, na medida em que o jornal a coloca num determinado lugar possível de suas hierarquias, de onde ela possa, justamente, falar e vir a ser reconhecida enquanto tal.

III O Jornal, operador da recepção

Em que consiste esta “arquitetura” de enunciações do campo da recepção no âmbito do próprio dispositivo de produção? Sabemos que a topografia do jornal é organizada segundo uma hierarquia que traz implicitamente uma certa organização do mundo. Dessa forma, no chamado espaço editorial, o jornal constitui distintos “regimes de falas”: sua própria competência em produzir sentidos, ou seja, regras do que se deve fazer, ou não, e também o “acolhimento” de falas outras – especializadas, ou não – através dos artigos assinados e das “cartas de leitores”, que embora editadas pela redação, não deixam de trazer vestígios e marcas do seu “sistema de produção”. É na estruturação e funcionamento deste espaço que o jornal possibilita o funcionamento de experiências de subjetivações, mediante estratégias de interação que têm como referências distintos frames. Através dessas possibilidades reguladas, a recepção se institui, segundo regras de co-produção discursivas: aquelas que emanam das competências do mundo do leitor e aquelas outras específicas à cultura do jornal.

Tomamos basicamente, como referência, um conjunto de fragmentos de falas publicadas no período estudado por nossa pesquisa, no âmbito das seções “Carta dos Leitores”, artigos assinados e alguns editoriais.⁴ Pretende-se mostrar como esta “recepção instituída” “constrói” a AIDS, e seus “efeitos”, designações que são disputadas mediante estratégias, onde os sujeitos se remetem uns aos outros, mediante diferentes enunciações por onde eles se reportam. De modo particular assinalaremos:

a) a percepção, construída na forma de discurso, que cada ator tem sobre a AIDS;

b) a percepção que ator tem da percepção de outro ator sobre suas respectivas construções a respeito da AIDS.

Procuraremos mostrar os envios e reenvios que cada um dos discursos faz na direção do outro, reciprocamente. Tam-

bém, veremos a especificidade do “lugar de fala jornalística” que, se construindo mediante o espaço editorial, sinaliza, de certa forma, sua diferencialidade das demais posições de outros atores e instituições sociais, ao mesmo tempo em que aponta para sua condição de dispositivo de controle, produção e de articulação destas diferentes falas.

Em suma, estamos no interior de uma “situação de comunicação” na qual a AIDS é uma decorrência de vários movimentos, jogos, sinalizações, contágios e operações movidas por diferentes sistemas de enunciação e respectivos enunciadores.

IV Um ensaio de leitura

Temos o seguinte conjunto de textos (fragmentos de carta, artigos e editoriais), agrupados em três conjuntos:

Conjunto 1 – *Falas do Jornal*

Conjunto 2 – *Falas das Instituições*

Conjunto 3 – *Falas dos Atores*

As *falas do jornal* aparecem inseridas no contexto dos editoriais. As *falas institucionais* no contexto de Artigos e de Cartas aos Leitores, enunciadas através de representantes de diferentes campos; e, finalmente, as *falas dos atores*, que se apresentam em nome próprio através da seção Carta dos Leitores.

Os diferentes discursos realizam, segundo pragmáticas próprias, várias “tarefas semânticas” sobre as percepções que estes diferentes conjuntos têm sobre a AIDS. Denúncias; elogios; solidariedades; conlações; ataques; interpelações; advertências, etc., ações que emanam do “chão sócio-histórico-situacional-ideológico” junto ao qual os discursos estão inseridos enquanto práticas, igualmente, sociais. É nestas condições que os jornais se instituem como “espaço público”, constituindo o “espaço do leitor” e se convertendo num dispositivo pelo qual processos sociais são modelados.

zados segundo a ação midiática.

Vejam os como a AIDS é, para além de sua dimensão epidemiológica, uma questão discursiva. Como ela é aprisionada pela “ordem dos discursos” dos diferentes campos de poderes e de saberes, daí resultando como efeito de discursividades, a existência de uma multiplicidade de AIDS que toma conta do corpo social pela regência do trabalho dos discursos.

1. As *falas dos atores*: discursos de ataques e de solidariedades

Trata-se de um conjunto de falas que operam “comandos” de ataques às estratégias deferidas pelas políticas públicas relativas à AIDS, baseadas no uso de preservativos. Ao mesmo tempo, de outras falas “solidárias” e cúmplices” com outros discursos que têm como alvo, igualmente, as estratégias governamentais. Finalmente, falas que caracterizam concepções de pontos de vista distintos entre especialistas dos campos da saúde mental e da saúde.

Alguns exemplos:

A) Atacando as políticas públicas:

(T 1) – “A propaganda do Ministério da Saúde sobre o uso da camisinha é de um profundo mau gosto. Há outros meios de se difundir o uso do preservativo, sem lançar mão de apelações baratas.” (G. SILVA, OG 06/10/95)

B) Atacando as campanhas: os valores como alvo.

(T 2) – “A recente campanha do Ministério da Saúde, visando a deter a disseminação da AIDS, além de aviltante é falsa e totalmente antiproducente, porque promove os fatores que estimulam o mal que pretende combater. A sodomia e a promiscuidade sexual encorajadas pela campanha constituem as principais fontes de manutenção e disseminação do vírus.” (J E Santos, 14/10/95)

C) Solidarizando-se com o ponto de vista institucional:

(T 3) – “Meus parabéns a Dom Eugênio pelo discernimento demonstrado em seu artigo no qual tece considerações sobre o mal da AIDS. (...) A propagação da AIDS será evitada com o combate à degradação moral e a promiscuidade sexual, como diz racionalmente o arcebispo.” (S/R OG 05/03/97)

(T 4) – “Dom Eugênio, em sua sabedoria e bondade, fala mais uma vez sobre a calamidade da AIDS. (...) Parece incompreensível que, diante de uma epidemia como esta, da AIDS, se pense e se fale em tudo que o assunto possa sugerir na linha médica e na linha de preservativos (...) e não se diga uma palavra sobre a raiz de todo o mal que é de ordem moral.” (S/R OG 16/10/93)

D) Falas de contraposição:

(T 5) – “O argumento de que não se conhece nenhum caso de AIDS contraído na escola, em contato com portador de AIDS, não tem nenhuma sustentação científica (...).” Ricardo Veronesi, médico infectologista (FSP 27/05/92).

(T 6) – “O Dr. Veronesi (...) faz afirmações sobre o risco de contagem das pessoas contaminadas pelo vírus da AIDS, que não vou contestar pois, além de não ser a minha seara, seus pares já o fizeram. Entretanto, é doloroso quando um especialista não consegue conter dentro de si o pavor diante dessa doença, vomita à população indefesa o seu pânico. (...) a comunidade não pode entrar na onda do Dr. Veronesi.” Marta Suplicy, psicanalista (FSP 13/06/92).

Estas falas de “receptores instituídos” pelas operações enunciativas são atribuídas a diferentes atores sociais que falam neste “espaço do leitor”, segundo as ritualizações estipuladas pelas regras do discurso jornalístico. São falas de diferentes lugares – da doxa aos especialistas – que são colocadas num mesmo patamar de enunciação. Se o discurso midiático as insere

numa mesma hierarquia – pois neste espaço todas as falas selecionadas efetivamente são pronunciadas – isto não quer dizer que estas elaborem as mesmas problemáticas discursivas. O fato de serem falas que procedem de diferentes lugares, isto faz com que elas se coloquem em diferentes dimensões, o que lhes leva a construir várias problemáticas e, também, destinatários. O que fazem estas falas? A quem falam? O que produzem como efeitos de suas discursividades. São proferidas em temporalidades distintas, pois na sua maioria são inseridas neste espaço em datas diferentes. Mas se pode dizer que elas se conectam uma a outras mediante operações que transcendem ao tempo cronológico.

Nos fragmentos aqui tomados como exemplo, observamos que a questão da AIDS é desdobrada em problemáticas que se afunilam em temas específicos: a questão das políticas oficiais de propaganda; os conteúdos dos temas por elas tratados; a atribuída negligência às temáticas de fundo moral; os prognósticos e diagnósticos de especialistas; etc. Se não há um “diálogo” – em “linha direta” – entre estes enunciadores, contudo pode-se dizer que eles, segundo transversalidades peculiares, tratam de questões que se aglutinam em torno de problemas muito específicos: o Estado como alvo, através das campanhas que priorizam a difusão do preservativo em oposição ao abandono às questões de fundo ético e moral. De certa forma, colocam em oposição aspectos do chamado “discurso científico” (médico-farmacêutico) em relação ao “discurso moral-comportamental”. O que parece estar em causa não é a possível eficácia de uma determinada estratégia que pode, ou não, ajudar a combater a disseminação do vírus, e também oferecer possíveis saídas para cura da AIDS. O que está em jogo são “questões de fundo” respaldadas em matrizes culturais-comportamentais. E como há determinadas circunstâncias em que a “doxa” parece não se sustentar sozinha, seus “intérpretes” preferem avocar determinados “argumentos de auto-

ridade”, em detrimento de outros – construídos em contextos de realidades onde se vêem mais identificados. Esta tomada de fala, como empréstimo, é uma operação muito peculiar que não obstante lembrada por aqueles que dela fazem uso, somente pode ser ativada por aqueles que cuidam da organização deste espaço (público e simbólico – no caso os editores-jornalistas), e noutras esferas, os analistas de discursos. É por conta desta orquestração de discurso, animada pelo trabalho da enunciação jornalística, que a AIDS toma forma, gerando-se a partir disso possibilidades de inteligibilidades.

2. As falas das instituições: discursos programativos e de combates

Temos aqui um conjunto de falas emitidas por atores pertencentes a diferentes instituições sociais (médicos, religiosos, militantes dos movimentos sociais). São falas de contraposição, caracterizadas por estratégias nas quais os enunciadores procuram desqualificar os pontos de vista em conflitos. Nestas circunstâncias, eles se estabelecem no momento em que fazem do enunciado do outro as “condições de produção” para o estabelecimento de suas interpelações.

A) As Falas Programativas:

(T 1) – “Existe uma abundância de explicações sobre a AIDS, mas não se põe o dedo na ferida, a necessidade de uma radical mudança no comportamento moral vigente.” Dom Eugênio Sales, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro (CB 13/08/89).

(T 2) – “A Igreja exorta a todos, insistentemente, a viverem em conformidade com os padrões de conduta moral, que são os únicos a dar a expressão da verdadeira dignidade da pessoa humana. A única maneira de evitar este mal, por via sexual, é abstinência, pois ter relações com pessoas contaminadas é correr um grave risco. Não há outro caminho.” Dom Eugênio Sales

(OG 27/07/93).

(T 3) – “Nosso esforço é fazer com que as pessoas entendam que a AIDS é ‘problema dos outros’. A epidemia é uma ameaça a todos. Ela só será vencida se cada um se sentir parte do problema.” Eduardo Cortês, coordenador nacional da DST/AIDS (CB 07/02/92).

(T 4) – “É possível controlar a epidemia da AIDS. Enquanto a ciência não descobre uma cura, só depende de nós.” Eduardo Cortês, coordenador nacional da DST/AIDS (FSP 16/07/91).

B) Falas Desqualificadoras:

(T 5) – “Colocar a AIDS como castigo de Deus e besteiras do mesmo jaez configuram demonstrações meridianas de que quem prefere semelhantes asneiras não só se mostra desprovido de atributos cristãos, mas também tem a imensa presunção de querer assumir a interpretação do que Deus quer ou não fazer como penalidade. Como ele sabe disso? Deus conversa com ele todas as quartas-feiras?” Vicente Amato Neto, médico, superintendente do Hospital das Clínicas (FSP 02/04/92).

(T 6) – “No contexto das alterações cogitadas, começam a surgir abordagens sobre dispositivos legais que precisam levar em conta o advento dessa maldição alimentada sobretudo por indivíduos homossexuais ou bissexuais, pessoas que injetam drogas nas veias e serviços de hemoterapia que não zelam pela qualidade do sangue ou derivados a ser transfundidos.” Vicente Amato Neto, médico, superintendente do Hospital das Clínicas (FSP 07/06/88).

C) Falas de Combate:

(T 7) – “A visão de que a AIDS é um problema eminentemente de grupos de risco é uma visão absolutamente ultrapassada e retrógrada já de há muito tempo em todos os países. Apesar disso, pessoas pertencentes ao meio científico insistem neste conceito.” Paulo César Bonfim, presidente

do GAPA-SP (FSP 01/07/90).

As falas institucionais se estruturam em torno de vários enquadramentos, todos na sua maioria caracterizados pelo desejo de se constituírem em “discurso competente”. Voltados para aspectos programativos, desqualificativos, conclamativos, etc., estes discursos situam a AIDS para além da questão médica-farmacêutica, talvez se aproximando mais de ações político-comportamentais.

Lembram sobre a importância de um determinado “modo de viver” das pessoas, cujas pautas morais sejam convergentes com prescrições estipuladas por determinados campos de poder e de saber, como é o caso das pautas proclamadas pelo campo da religião. Fazem disputar pontos de vista, através dos quais a ciência tenta se diferenciar da doxa, contrapondo-se ao ponto de vista religioso sobre a questão da AIDS, e, ao mesmo tempo, lembrando ser ela também um “discurso de autoridade”. Protagonizam a AIDS, colocando os indivíduos entre a mira dos cuidados médicos e os da militância. Já o discurso do campo político-administrativo procura se distinguir daqueles dos demais campos, dispondo-se como uma “fala convocatória” que se diz porta-voz dos interesses de todos os cidadãos. Assim, o combate da AIDS reside na adoção de uma militância sustentada mais na vontade do que nas racionalidades da ciência.

V De uma Fala Outra

O discurso jornalístico tem competência para instituir o “espaço do leitor”, orquestrar suas respectivas possibilidades de produção de sentido, construir, como efeito de sentido, a noção de um certo embate que a sociedade trava não mais nos fóruns convencionais, mas nas tessituras simbólicas dos próprios jornais. Para além destes poderes, o jornal aprofunda mais ainda sua condição de dispositivo de organizador de sentidos, quando além de instituir a recep-

ção e o debate que esta trava sobre a AIDS, toma partido deste debate, diferenciando suas percepções, e, de modo especial, sua posição no interior deste.

Para além das protagonizações de opiniões e de pontos de vista, o jornal age como “magistrado”, estando acima da refrega das instituições e dos atores sociais. E faz operar esta forma enquanto “personagem singular”, através da sua atividade editorial, de onde emite seu ponto de vista.

(T 1) – “Não cabe (...) ao Estado, nem muito menos há tempo e condições objetivas para (...) exercer função de condutor espiritual do povo. Grande parte da população não é sensível a argumentações de natureza religiosa, seja porque não tem credo algum, seja porque não se dispõe a transformar seus padrões de comportamento.” (CB 27/02/95)

(T 2) – “Governo e instituições religiosas não podem estar dissociados em combate de tal relevância. O que está em jogo são milhões de vidas humanas e a formação moral de toda uma geração.” (CB 26/12/95)

O jornal condensa para si responsabilidades de várias instituições outras, mediante o funcionamento de operações enunciativas pelas quais diagnostica os problemas; cobra providências; critica posturas; lembra responsabilidades; pauta a importância de valores e estratégias; traça metas; estipula a qualidade das alianças e seus respectivos atores. O jornal destaca a posição que passa a ter neste “jogo”: de receptor dos discursos outros, de instituidor do “espaço do leitor” e de articulador e organizador dos diferentes discursos, passa à circunstância de formulador de pautas e estratégias a serem observadas por aqueles que, até então ali, nele pelejavam como coatores de uma problemática cultural e humana. No nível da enunciação o jornal faz falar seus interlocutores, mas, ao mesmo tempo, diferencia o espaço e a qualidade

de sua própria fala. Para além da sua competência em fazer falar outros lugares por ele instituído, na sua própria espacialidade simbólica, o discurso jornalístico procura destacar uma das dimensões capitais da sua pedagogia: mostrar que seu poder de instituir vínculos sociais é diretamente articulado a uma possível nova vocação, na qual os *media* se convertem em instância de regulação social. Seu poder está aí. Sobre os efeitos das ações dos mídias na questão da AIDS, pode-se dizer que eles dependem destas possibilidades dos modos de operar discursos.

VI Os Discursos contaminam a AIDS: Falas entre efeitos de discursividade

Convertidos em atores, os “receptores instituídos” pelejam em torno de suas respectivas posições. Estado e Igreja fazem coincidir sua pragmática genérica de atração do “mercado simbólico”. A Igreja exorta a “todos” a viverem em conformidade (...). O Estado é conclamativo: nosso esforço é fazer com que as pessoas entendam que a AIDS é um problema de todos. Estado e Igreja se remetem aos outros de maneiras indistintas, tratando-os como espécies de coletivos que são alvos de suas políticas e de suas pastorais. A Igreja apresenta receitas de fundo dogmático: “A única maneira é a abstinência”. A sociedade – o mundo da vida – tem opiniões divididas: a doxa está do lado do discurso moral religioso “parece incompreensível (...) que não se diga uma palavra sobre a raiz do todo o mal que é de ordem moral”. O discurso da sociedade militante combate o discurso médico e se apresenta segundo uma perspectiva moral. Este, por seu lado, denuncia “a maldição alimentada por indivíduos homossexuais (...)”. O outro, o da militância, combate a discriminação: “A visão de que a AIDS é um problema de grupo de risco é absolutamente ultrapassada e retrógrada (...)”. A todas essas falas sobrepõe-se a “fala organi-

zadora” do jornal, num duplo sentido: fazer falar os seus co-receptores mas também conclamá-los a um “fazer fazer”: “Governo e instituições religiosas não podem estar dissociados em combate de tal relevância (...)”. É nesse espaço que a AIDS é co-apresentada, por força dessas tensões discursivas que ela é contaminada pelos discursos sociais. É por força, finalmente, dessas interações que a AIDS toma forma.

Conclusão

A “fala societária” sobre a AIDS não passa em qualquer lugar. Para que ela exista e seja reconhecida, é necessário que ela se constitua em decorrência do poder de fazer falar que tem o jornal. É no interior deste dispositivo – enquanto efeitos de fala – que a recepção existe e que a AIDS é por ele nomeada. Rigorosamente, as instituições não podem falar da AIDS fora das fronteiras simbólicas que estruturam seus modos de falar.

O jornal é uma espécie de sujeito-leitor, pois no momento em que submete às falas dos usuários à sua competência, está, automaticamente, lendo os discursos sociais, da sua perspectiva. Tenta organizar sentidos na perspectiva de sua gramática de produção, buscando regular indeterminações entre produção e reconhecimento. Busca aplinar distâncias muito complexas através de uma suposta transparência de opacidades que não podem, elas, ser tornadas às claras. A ordem do sentido é reduzida à ordem do fazer jornalístico. Mas o efeito maior do lugar-leitor que caracteriza o jornal é fazer com que os diferentes discursos sociais, produzidos por diferentes instituições e atores, e que são assujeitados à sua lógica de funcionamento, contamina a AIDS com peculiaridade tal, transformando-a numa doença também causada pelas transações discursivas.

É em função destas características da “ordem do discurso”, hoje, que a fala-recepção é trabalhada por outras falas. É por

estes caminhos que a AIDS está no meio de nós. A rigor, a AIDS contamina a dimensão do corpo, mas é também contaminada pelo corpo dos discursos sociais. Enquanto efeito de discursividades, a AIDS é produto e efeito de várias estratégias. Podemos terminar propondo uma pista para eventuais desdobramentos desse trabalho: *a AIDS da recepção* é uma consequência de transações de uma fala a outra ... •

Notas

- 1 Ver pesquisa: “A construção da AIDS nos *media* brasileiros: leitura e avaliação das estratégias discursivas”. Rel. de Pesquisa. CNPq, Brasília, 1998.
- 2 Ver Eliseo Veron: *Le Sida: une maladie d'actualité*. Causa Rerum, Paris, 1988.
- 3 Ver *Comunicação e Mídia Impressa: um estudo sobre a AIDS*. Antonio Fausto Neto. Ed. Hackers, SP, 1999. Ver também o artigo “Processos midiáticos e a construção da AIDS”, de Antonio Fausto Neto, in *Comunicação & Contemporaneidade*. No.1, Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, RS, 1999.
- 4 Os jornais estudados foram: *Folha de São Paulo* (FSP); *O Globo* (OG); *Correio Brasiliense* (CB) e *A Tarde* (AT).